



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 10/2014

----- Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 8/2014 e n.º 9/2014 referentes às reuniões ordinárias de 22 de abril e 9 de maio, respetivamente. -----

----- Aprovada a ata n.º 8/2014 por maioria dos presentes com uma abstenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 9/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão, cento e oitenta e nove mil, cento e oitenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e seis mil, cento e sessenta euros e sete cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- RESUMO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RIO MAIOR DO ANO DE 2013-----

----- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS A PARECER PRÉVIO - PERÍODO DE 01 DE MARÇO A 30 DE ABRIL DE 2014 - ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014---

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio apenas para, relativamente aos compromissos plurianuais e em particular relativamente à limpeza, conservação e manutenção dos espaços verdes na cidade de Rio Maior, questionar se não haverá alternativas à prestação de serviços e que uma poderá ser a delegação de competências através dos contratos de execução. Referiu que os compromissos assumidos são vultuosos, quarenta e cinco mil euros para 2015 e dezoito mil euros para 2016 e que esta é uma das coisas que as juntas fazem relevando ainda que a empresa que presta o serviço não paga impostos em Rio Maior. Sugeriu que sejam ponderadas outras alternativas porque o montante que está em causa é relevante e pode dinamizar a economia local, em particular as juntas de freguesia. -----

----- Quanto ao relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens disse que este merece muita reflexão porque revela o lado obscuro da crise salientando que são já duzentas e uma crianças que estão a ser apoiadas pelo trabalho que os serviços sociais da Câmara Municipal e a rede social têm tentado responder da melhor forma. Referiu que existem casos muito dramáticos e muitos problemas escondidos que as pessoas não apresentam, que põem muitas vezes em risco o crescimento das crianças. Relevou o trabalho dos técnicos que de uma forma quase silenciosa tentam responder às pessoas e às famílias de forma a minimizar os efeitos da crise. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por se referir ao facto do Governo teimar em privatizar a EGF, aquilo que é um património de cento e setenta e cinco municípios que têm lá as suas ações e que têm prestado um serviço de grande qualidade no que respeita à recolha dos resíduos sólidos. Considera que a política de alienação deste Governo em relação a um dos setores estratégicos, que dá receitas para ao Estado, oferecendo-o aos privados é reveladora, já para não falar da diminuição da qualidade ambiental e do saque aos municípios. Disse que há uma forte necessidade de tornar consequentes as palavras dos próprios municípios e da Comunidade Intermunicipal onde foi decidido optar por não vender e que, por aquilo que se sabe, o Supremo Tribunal Administrativo aceitou uma providência cautelar para a não privatização que aguarda agora resposta do Governo e que está marcada uma concentração de autarcas, trabalhadores e

sindicatos na Assembleia da República relativamente a esta questão. Considerou que seria importante a Câmara Municipal de Rio Maior, pelo seu papel pioneiro, pudesse dinamizar junto da Comunidade Intermunicipal uma atitude conjunta, uma atitude de coerência com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para fazer face a esta senda privatizadora. Questionou ainda se o Município estaria disponível para participar na concentração na Assembleia da República no próximo dia 6 de junho para mostrar aos governantes que o caminho da privatização dos resíduos sólidos não é a melhor saída. -----

----- Salientou de seguida o trabalho que está a ser feito pela autarquia no que respeita aos alcatroamentos que vêm preencher uma parte significativa do concelho e que vem criar condições de segurança rodoviária muito importantes. Acrescentou que o que está a ser feito, nomeadamente nas valetas, é um elemento muito importante para a economia de gastos, aumentando o tempo médio de vida das estradas. Questionou ainda se está prevista, e para quando, a ligação da Escusa/São João da Ribeira pelos Casais da Atágueda, que está bastante degradada. -----

----- Questionou novamente acerca da sinalização horizontal e vertical que está a ser feita e quando é que vai ser constituída a Comissão de Trânsito e Toponímia, porque não irá desistir daquilo que as Assembleias Municipais aprovaram por unanimidade ou maioria ao longo dos anos. -----

----- Registou com agrado o esforço que a autarquia fez no sentido de dotar o gabinete da oposição com algum material mas afirmou que continua em falta a privacidade e um telefone interno porque ao contrário que algumas críticas possam fazer crer, a oposição tem um papel importante para um bom governo e a dignidade com que os vereadores recebem as pessoas é também uma imagem de marca. Disse compreender que não existem hábitos a este respeito mas que irá continuar até ter também bandeiras porque um gabinete da oposição, que é uma instituição democrática, tem que ter pelo menos a bandeira do concelho. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o próximo ato eleitoral, as eleições europeias, manifestou o desejo de que tudo corra dentro das boas regras democráticas, com boa participação, e que embora nos últimos anos tenha sido um ato eleitoral com pouca adesão disse esperar que em Rio Maior, e a nível nacional, não haja uma diminuição da participação e que decorra tudo de forma tranquila e ordeira. Desejou também que num momento em que as instituições, a política e os políticos estão, de uma forma geral, descredibilizados face

à opinião pública e em que o ambiente social e político não é um ambiente muito favorável à participação pública pelos caminhos ditos normais, convencionais do ato democrático, através do voto, disse esperar sinceramente que decorra tudo de forma tranquila, ordeira e respeitando as boas regras de participação cívica e participação democrática de todos os concidadãos. -----

----- Agradeceu também pelo convite que lhe foi dirigido para participar no ato público de receção ao Senhor Ministro, e que embora tenha sido muito em cima da hora foi feito, e questionou qual foi o propósito ou objetivo da visita e fundamentalmente o que é que essa visita representou para Rio Maior. Perguntou também acerca de uma outra visita de um membro do Governo a Rio Maior que julga ter vindo tratar de assuntos até sobre as Salinas de Rio Maior, assuntos relacionados com o desenvolvimento económico e concretamente com o desenvolvimento turístico das salinas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Agradeceu o convite que lhe foi endereçado para acompanhar a visita do Senhor Ministro Poiares Maduro a Rio Maior, concretamente à Loja do Cidadão, e justificou que não conseguiu estar presente dada a brevidade do convite, à volta de uma hora e meia de antecedência, independentemente de toda a explicação que lhe foi dada, e que agradeceu também. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Comunicou que este ano o Dia Mundial da Criança é a um domingo e que, por isso, apenas se realizará nesse dia uma atividade e colaboração com a Desmor que irá abrir as portas das piscinas municipais durante o período da tarde, gratuitamente, para crianças até aos dez anos desde que acompanhadas pelos respetivos pais ou encarregados de educação. Informou ainda que as restantes atividades se realizarão em dois dias, um dia dedicado ao pré-escolar e outro ao 1º ciclo para que haja mais tempo da parte da organização para dedicar a cada um dos grupos, podendo os mesmo usufruir mais tempo das atividades propostas, considerando os organizadores que esta seria a melhor forma de o fazer. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que ainda não tem resposta sobre a questão do alcatroamento da estrada Escusa/Casais da Atágueda, que sobre a questão da sinalização horizontal o projeto começa a ser implementado e que a Comissão de Trânsito a mesma será constituída a seu tempo. Sobre a questão do gabinete da oposição reiterou a posição que tinha já transmitido de que sempre que os vereadores necessitarem de receber

peessoas ou entidades serão disponibilizados os espaços para o efeito, quer seja no edifício da câmara quer seja em outros espaços que estão sob a gestão da autarquia, incluindo, quando necessário, o seu próprio gabinete. Acerca da colocação das bandeiras no gabinete da oposição referiu que não é usual essa prática e que os próprios vereadores da maioria não as têm nos seus gabinetes. -----

----- Acerca do ato próximo ato eleitoral desejou também que decorra dentro de toda a normalidade e que a câmara, dentro daquilo que lhe exigível, está a preparar todo o ato dentro dos prazos para o efeito. Desejou também que a abstenção não seja a parte vitoriosa desta eleição. -----

----- Esclareceu ainda em relação à visita do Ministro, do Secretário de Estado e do Presidente da CCDRLVT inicialmente se pensava que seria uma reunião de trabalho sobre a loja do cidadão e sua implementação e que, por essa razão, não foram feitos quaisquer convites para a visita em questão e que quando se apercebeu que poderiam estar presentes outras pessoas e entidades se apressou a tratar da situação embora, admita e compreenda, que há hora que lhes foi comunicado seria já difícil para os vereadores reorganizar a sua agenda diária. Pediu desculpa pelo sucedido e salientou que se tratou de uma visita de trabalho em que se falou da abertura da loja do cidadão para dia 30 de Junho e do equipamento de backoffice e frontoffice. -----

----- Quanto à visita de outro secretário de estado a Rio Maior disse que só poderá ser o Secretário de Estado Castro Almeida no âmbito das jornadas da Escola Profissional a convite daquela entidade acrescentado que o próprio transmitiu um pouco daquilo que vai ser o futuro das escolas profissionais. Relativamente a uma visita de um secretário de estado à Salinas disse desconhecer que tenha existido alguma deslocação oficial às Salinas ou sobre as Salinas. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que nem sequer pensou em comentar ser convidado com uma hora de antecedência para aquilo que considerou uma ação eleitoralista de aproveitamento das obras feitas, mas não quis deixar de relevar o facto de o ano trezentos e sessenta e cinco dias e escolher-se a data para esta visita exatamente em campanha eleitoral. Disse que pessoalmente não esteve presente porque não pôde e embora agradeça as palavras de explicação da Presidente pediu que se faça chegar aos responsáveis políticos que não é com vinte e quatro horas de antecedência ou menos que se informa um executivo de uma visita desta natureza. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu as explicações dadas e disse que esta situação deve servir para

acautelar situações futuras porque não é agradável que a comunicação social tenha conhecimento de visitas de membros do Governo antes dos membros do executivo eleitos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 23/2014, DE 13 DE MAIO – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 23/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 13 de maio do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que a estrada que divide e atravessa o prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo 50 da secção O (parte), designada por IC2, é do conhecimento e domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES/ANO LETIVO 2014/2015 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a minuta de contrato do plano de transportes escolares para o ano letivo de 2014/2015, nos termos propostos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este assunto vem na sequência de uma decisão já tomada pelo executivo e que esteve a ler a minuta do contrato e não encontrou lá espelhado o que foi sugerido pelo Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida no sentido de ser consagrado o princípio de que a rodoviária nacional ganhando o concurso havia um pressuposto que era no sentido de não terminar os transportes com o ano letivo e questionou se esse acordo foi conseguido e garantidos os transportes públicos para todo o concelho e durante todo o ano e não só durante o ano letivo. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que o problema é conhecido e contínuo porque a Rodoviária Nacional

entende que, de acordo com o calendário oficial, as aulas acabam em meados de junho o que não corresponde à realidade porque os alunos dos cursos profissionais têm aulas até julho e há alunos que têm exames nacionais durante o mês de Junho. Disse que com este entendimento por parte da Rodoviária Nacional estes alunos que estão na escolaridade obrigatória não têm condições de vir fazer exames nacionais porque muitas das carreiras são suprimidas e também que o pressuposto da concessão de serviço público pressupunha a existência de carreiras públicas devendo estas começar de 2 de janeiro a 31 de dezembro. Indicou o sentido de voto como favorável porque entende que há que haver contratos mas pediu que a Câmara Municipal encete esta luta e que o faça na esfera das associações onde se insere já que este não é um problema de Rio Maior mas um problema de oportunismo porque por um lado sabe bem à Rodoviária Nacional convencionar com o Governo o valor dos passes, no pressuposto de uma carreira pública anual, assim como tirar partido dos alunos que de diversos sítios vão alimentar esse negócio, mas depois a resposta de serviço público às populações é ferida. Considerou que a Câmara Municipal de Rio Maior tem que perceber isto, as associações de municípios têm que perceber isto porque as próprias populações estão a sair muito prejudicadas. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Concordou com tudo o que foi dito e disse recordar-se de todos terem subscrito a declaração de voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida e informou que está agendada uma reunião com a Rodoviária do Tejo onde irá ser debatida esta questão e outras relacionadas com a adaptação dos horários de transporte dos alunos às suas necessidades e não quando convém à Rodoviária do Tejo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta proposta no pressuposto de a Câmara Municipal de Rio Maior não deixar cair a justa reivindicação de que as carreiras públicas funcionem entre 2 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto é apenas para referir que a Rodoviária do Tejo não pode esquecer os contratos que assumiu com o Estado. Portanto tem que garantir serviço público durante o ano inteiro, daí eu me ter absterido.” -----

----- PONTO III - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TANQUE TÁTICO URBANO (VTTR) – APOIO FINANCEIRO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio financeiro no valor de 7 500,00 euros à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior para os fins descritos nas informações em apreço. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Afirmou que todo o apoio a estas entidades é pouco e indicou o sentido de voto como favorável porque a segurança das populações e a segurança dos bens não têm preço e quanto melhor estiver equipado o corpo de bombeiros melhor estamos reparados para fazer face às dificuldades. Registou o facto de que iria até um pouco mais longe no apoio se financeiramente fosse possível e que não sendo este é já uma boa ajuda. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse ter a certeza, no que concerne ao apoio a uma instituição como os bombeiros, que havendo disponibilidade financeira todos admitem que esta é uma instituição merecedora e que são inclusive credores desse respeito e dessa consideração. Lamentou que a Câmara não tenha meios para ir mais longe mas congratulou-se pelo valor disponibilizado e desejou que este sirva de incentivo a um período complicado que se avizinha e porque do ponto de vista dos incentivos os bombeiros, de uma forma geral e os de Rio Maior em particular, estão de facto a necessitar de incentivos já que cada vez se exige mais dos bombeiros e cada vez se dá menos ou por incapacidade ou por vontade e quem efetivamente mais devia ajudar é quem menos ajuda. Registou, por tudo isso, com agrado esta posição da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um pedido do ano passado respeitante a uma candidatura que os bombeiros fizeram ao QREN no valor de cento e cinquenta e sete mil euros sendo a comparticipação daquela instituição de vinte e três mil euros. Disse que os sete mil e quinhentos euros representam 30% dessa comparticipação e que o pedido elaborado pela Associação está muito bem fundamentado, justificando a necessidade do meio em causa. Referiu que há mais de dez anos que não há um grande incêndio em Rio Maior e que estes acontecimentos são tendencialmente cíclicos e o facto de haver este espaço temporal se deve também à excelente

articulação que tem havido entre todas as entidades que fazem parte da proteção civil, no qual os serviços municipais se integram, fruto de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos anos e que esta articulação permitiu, em termos de vigia e de prevenção que isso não tenha acontecido. Afirmou que agora é tempo de estarmos preparados caso venha acontecer futuramente. Considerou que os bombeiros têm uma visão de futuro ao equipar com os meios mais sofisticados e mais modernos as corporações e que quando se podem usufruir dos fundos comunitários para o efeito não se deve hesitar em apoiar. Referiu ainda que também a própria informação dos serviços camarários justificam e incentivam a atribuição deste apoio e que era também desejo da câmara que este incentivo fosse maior mas que para além deste apoio possível a autarquia estará sempre disponível para, em conjunto, acudir a qualquer dificuldade e presta também já outros apoios já atribuídos que constituem compromissos no montante de cerca de dez mil euros mensais. Informou ainda que foi feita uma auditoria ao funcionamento da equipa permanente, também financiada em parte pela câmara, e que não foi encontrada nenhuma irregularidade nem feita qualquer nota ou ressalva. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CIMLT E O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR - ANO 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência de 3 923,32 euros no âmbito do protocolo celebrado com a CIMLT para trabalhos de coordenação de segurança em obra – ano 2013. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - PROVA DO TROFÉU YAMAHA – PEDIDO DE APOIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio financeiro ao Moto Clube de Rio Maior no valor de 1000,00 euros para a organização da última prova do troféu YAMAHA 2014 que se realizará em Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que esta metodologia de apoiar coletividades no sentido de criarem centralidades é uma potencialidade que Rio Maior tem, nomeadamente a capacidade

de atração de visitantes e para estas provas é de tal maneira que, em sua opinião, o executivo devia ponderar a hipótese de colocar Rio Maior no roteiro dos desportos motorizados. Lembrou que aqui perto existe uma terra chamada Moçarria que é a capital do MotoCross onde todos os meses há provas e que Rio Maior tem serras, combros, taludes, areeiros, zonas de tamanha potencialidade que não beliscando o ambiente deveria ser uma área a explorar. Disse ainda que os desportos motorizados têm um número elevado de praticantes e que aquilo que se pretende é chamar cada vez mais gente e visitantes ao concelho. Considerou, por isso, que o incentivo devia ir muito para além disto e os desportos motorizados serem escolhidos como um vetor de atração de visitantes a Rio Maior. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que esta prova irá ser realizada no areeiro e esclareceu, face a uma série de recomendações/questões colocadas por um grupo de cidadãos, que a Câmara apenas está a deliberar sobre um apoio ao Motoclube, que é quem a organiza, mas se os privados proprietários do areeiro não autorizarem a prova esta não se realizará naquele local. Afirmou que a Câmara não tem qualquer responsabilidade sobre aquilo que acontece na propriedade a este nível, tem sim responsabilidades pelo ordenamento do território e aquilo que se venha lá a desenvolver nesse âmbito. Reforçou que as pessoas devem ter a noção que os areeiros são propriedade de privados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – DESAFECTAÇÃO DE PARCELAS DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, a desafecção do domínio público municipal para o domínio privado do Município das parcelas de arruamento público designadas por: **Parcela A**, sita na Zona Industrial, Freguesia de Rio Maior, com a área de 4888 m2, com as seguintes confrontações: Norte: arruamento público, lotes 388 e 394 e parcela B; Sul: arruamento público e lotes 133 e 142; Nascente: lotes 153, 154, 155, 156, 157 e 158; Poente: arruamento público, lote 394 e parcela B; **Parcela B**, sita na Zona Industrial, Freguesia de Rio Maior, com a área de 412 m2, com as seguintes confrontações: Norte: arruamento público; Sul: lote 394 e parcela A; Nascente: lotes 388 e 394 e parcela A; Poente: arruamento público. -----

-----Acrescentou ainda que foi distribuída uma informação mais completa onde a Câmara assume criar as condições para uma via alternativa que liga as vias principais.

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por se congratular com a metodologia usada, que vem no sentido contrário daquela que tem sido a sugestão dos juristas, que foi a realização de período de participação pública porque considera que quando os munícipes são afectados pelos assunto em causa, participam, e portanto disse que continuará a defender que os assuntos que envolvem diretamente munícipes devem ser colocados a participação pública. Informou ainda que durante este processo foi abordado por um industrial que lhe disse ter propostas colocadas na câmara há mais de oito anos e que até à data não lhe tinha recebido nenhuma resposta e que agora com o caso da Panpor tudo se procedeu de uma forma mais rápida. Continuou dizendo que o aconselhou a vir à câmara municipal e fazer uma contestação. Relevou que a zona industrial já fez mais de um quarto de século de existência e que hoje se coloca como prioritário a intervenção do executivo para uma requalificação daquela zona, quer a requalificação do estado atual quer até da concessão da posse dos terrenos e do direito de superfície, e que hoje se coloca como uma questão pertinente, até porque se está a perceber que o parque de negócios não tem correspondido às expectativas criadas relativamente aos industriais de pequena e média dimensão. Nessa perspectiva disse que a CDU, com a salvaguarda entregue que não constava dos documentos iniciais, irá votar a favor para ir à Assembleia Municipal desde que seja assegurado, como está escrito, que de imediato seja feito o alcatroamento nos confrontes dos lotes 130, 139, 129 e 138, deixando de haver uma estrada sem saída, assegurado não só o interesse da Panpor, dos trabalhadores e do concelho de Rio Maior mas também de todos os confinantes. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por dizer que na reunião de Câmara de 28 de março foi tomada a decisão de aprovar o início dos procedimentos e a câmara fez os procedimentos subsequentes, incluindo inquérito público, e que hoje se apresenta a proposta final. Disse ser do conhecimento público que existem áreas de terreno do domínio público entre os lotes e os arruamentos propriamente ditos, que, de uma forma geral, são áreas degradadas e que a autarquia não tem capacidade nem possibilidade financeira de requalificar e que os donos dos lotes confinantes não têm legitimidade para cuidar. Considerou que perante esta situação o caminho a seguir, no seu entender, passa por uma alteração ao loteamento que trate de uma forma gradual e articulada, com os

proprietários, a integração desses espaços do domínio público no domínio privado da câmara e que a partir daí sejam acrescentados aos diversos lotes e negociados com os proprietários que o quiserem fazer, sendo que os espaços sobantes ficarão na responsabilidade do município e que podem vir a ser objeto de negócio. Referiu que julgava que a questão iria ser tratada de uma forma global, mas que compreende que pela pressão positiva exercida pela Panpor no sentido de ser urgente a resolução da situação para a criação de postos de trabalho e desenvolvimento económico, e que desta forma apenas se trata da forma de proceder, já que se trata de uma empresa que tem dado provas que as suas intenções se concretizam. -----

----- Acrescentou que pelos antecedentes do loteamento da zona industrial se reconhece foi um processo, a nível nacional, dos primeiros para zonas industriais desta natureza, que terá muitos erros pela inexperiência e pela ousadia que houve na altura e que hoje convém corrigir. Reforçou que a seu ver este é um processo que deve ser agarrado de uma forma global, e sugeriu inclusive a consulta a um jurista especializado em direito do urbanismo e neste tipo de áreas para que se possa, de uma forma definitiva, fazer a necessária alteração ao loteamento permitindo uma resposta global a todos os munícipes e interessados de uma forma igual. Reconheceu a existência de pedidos de há muito tempo na câmara municipal e que não foram ainda respondidos, mas que nota um compromisso de que esses assuntos serão abordados e se nota respostas em termos de viabilidade e de ordenamento de espaços, de arruamentos que a autarquia se esforça por dar. Disse acreditar que haja essa vontade mas é preciso que esta se concretize o mais rapidamente possível e indicou o sentido de voto como favorável a esta proposta de ir à Assembleia Municipal viabilizando de imediato a situação urgente da Panpor mas com a recomendação que a autarquia não deixe esta situação estagnar. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Concordou com as intervenções feitas sobre o assunto e lembrou o início do processo da implementação da zona industrial e as tentativas feitas através de vários pareceres jurídicos de regularizar as situações de ocupação dos lotes impossibilitada por diversas razões, razão pela qual as situações se foram arrastando ao longo dos anos e que a zona industrial, mesmo com todos os defeitos que lhe possam ser apontados, se foi desenvolvendo mesmo com os esquemas menos próprios que foram feitos e levaram à não ocupação dos lotes. Considerou que isto prova que quando se está na política e quando se é eleito se deve tentar ter o mesmo critério e a mesma postura para todos, razão pela qual o anterior executivo chegou, inclusive, a aplicar

várias multas, cumprindo com o regulamento, relativamente a proprietários de lotes sem construção e que depois venderam e sobre os quais a câmara não exerceu o direito de preferência. Salientou ainda que o empresário que disse estar à espera há já oito anos se esqueceu de dizer que o que pretendia era um terreno a custo zero e que o terreno que irá ser disponibilizado à Panpor pela câmara, se for esse o sentido do voto da Assembleia, terá um custo de cinco euros por metro quadrado. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Reafirmou que não vê outra hipótese senão a alteração ao loteamento porque o que a Câmara vai fazer é passar do domínio público para o domínio privado do Município, se a Assembleia assim o aprovar, e que posteriormente será vendido à Panpor mas que não vai fazer parte integrante do lote e que por isso tem que haver um processo de alteração do loteamento. Disse ainda que se se entende que a Câmara tem, do ponto de vista jurídico, garantia da concretização deste processo melhor, mas que aquilo que é importante que essa alteração ao loteamento há-de ser presente à Câmara e votada pela executivo e que nessa altura tomará a posição que tiver que tomar porque considera que, independentemente da confiança que lhe possam merecer os serviços, pela complexidade que conhece do processo da zona industrial é um processo que dá perfeitamente para perder o mandato por alguma decisão menos bem tomada e aí convém que, não só do ponto de vista da perda do mandato mas também do ponto de vista dos munícipes, dos investidores, daqueles que efetivamente querem fazer as obras, a situação será bem mais complicada e é isso que mais o preocupa. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que é evidente que à partida todos os eleitos têm confiança nos técnicos da autarquia até porque os vários juristas especializados que até hoje passaram pela Câmara não trouxeram resolução para este ou outros problemas. Acrescentou ainda que no último mandato quando foi presente a venda dos lotes para a Panpor ele próprio, a presidir à reunião por impedimento da Presidente da Câmara, teve que exercer o voto de qualidade o que fez perfeitamente consciente dos prós e dos contras da decisão que estava a vincular o executivo. Considerou ainda que nestas coisas da política, como na vida, é importante existir memória e que aquilo que actualmente mais lamenta na política é a falta de coluna vertebral que muitas vezes os políticos têm. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei a favor para este assunto ir à Assembleia Municipal e estarem iniciados os processos de toda a zona industrial e este executivo tomar em mãos a sua requalificação face a termos passado mais de um quarto de século. Faço-o convictamente e tendo confiança nos juristas e nos técnicos da autarquia, mas eu tenho dito, e volto a referir, que há pareceres para todos os gostos e obviamente que a nossa responsabilidade é sermos capazes de em cada momento perceber se eles correspondem ou não às necessidades do concelho. É isso que eu penso que é a maneira de resolver este problema. Uma outra nota que me faz também estar a votar a favor é o compromisso da Câmara tentar resolver todos os outros casos pendentes.”

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta proposta pelo seguinte: primeiro porque há necessidade efetiva de integrar algumas áreas do domínio público da câmara no domínio privado de forma que integre as áreas dos lotes, isto prevendo um melhor ordenamento do próprio espaço; segundo, votei favoravelmente porque acredito que a Câmara fará um esforço no sentido de alterar os instrumentos de gestão, nomeadamente o loteamento de forma a resolver estas situações; terceiro, votei ainda favoravelmente porque a Câmara assume que tratará em pé de igualdade os outros proprietários que fizeram pedidos de idêntico valor. Votei ainda favoravelmente porque a Panpor merece esse tipo e deferência pelos postos de trabalho que efetivamente irá criar naquele espaço.” -----

----- **PONTO VII – CONTA FINAL DE EMPREITADA - ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESTÁGIOS DE RIO MAIOR - CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE NATAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a conta final de empreitada de alteração e ampliação do Centro de Estágios de Rio Maior - Centro de Alto Rendimento de Natação no valor de 751 570,94 euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que esta apresentação tem quatro aspectos que gostaria de relevar e que devem servir também para valorizar a imagem dos autarcas. Disse ser de grande agrado que uma obra desta dimensão apresentar esta conta final sem trabalhos a mais e sem qualquer penalização das partes intervenientes. Considerou que este é o exemplo que o Governo devia seguir. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Congratulou-se por na época que atravessamos se poder apresentar estas contas e por se cumprirem os contratos celebrados nas condições acordadas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SIMPLES DE INSTALAÇÕES DE ELEVAÇÃO – CIMLT – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 73.º DA LEI 83-C/2013 - LOE 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é emitir parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 conjugado com o n.º 11 do artigo 73º da LOE 2014 à abertura de procedimento de aquisição de serviços de manutenção preventiva simples de instalações de elevação – CIMLT. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DAS DEPOMOR, S.A.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo da alínea oo) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomear como representante do Município de Rio Maior no Conselho de Administração da Depomor, S.A. o Vereador João António Lopes Candoso. Informou também que a Depomor celebrou um contrato de promessa de venda do lote 11 do Parque de Negócios de Rio Maior para instalação de uma fábrica de rações num lote de cerca de treze mil metros quadrados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto da **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstenho-me pois em consciência a representação do Município num órgão deste tipo e com as suas características deveria ser feita na pessoa da Senhora

Presidente que, para além de o ser, detém os pelouros do planeamento do território, investimento municipal, empresas municipais e participações.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Todas as intervenções do público foram transcritas na íntegra. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- “Senhora Presidente, gostava que esta intervenção minha ficasse realmente gravada na íntegra ou lá perto. -----

----- Senhora Presidente fez no dia 8 deste mês um ano que se realizou a meu pedido a última reunião sobre o processo 8/2010 e na qual eu participei. Esta reunião surgiu na sequência de outra realizada no dia 15/04/2013 onde eu informei a Câmara de que existia um acordo entre os promotores do referido processo e Nuno Lucas e qual não é a minha admiração quando sou confrontado pelo Senhor Vice-Presidente, que me mostrando um mail me informa que os promotores dizem que efetivamente não existe acordo. Perante esta afirmação pedi que nos reuníssemos todos os envolvidos para clarificar a posição de cada uma das partes, reunião que aconteceu no dia 08/05/2013 convocada a meu pedido pelo Senhor Vice-Presidente. Compareceram o Senhor Vice-Presidente, Nuno Lucas acompanhado do Dr. Carlos Tomé e o Senhor Manuel Reis. Faltaram os promotores do processo. Após a apresentação de cumprimentos sou informado pelo Senhor Vice-Presidente do seguinte: “Convoquei-vos para esta reunião só para vos dizer que recebi um mail da Fozmassimo e outro da Square, entenda-se os promotores do processo, dizendo que não estão disponíveis para falar sobre o assunto em causa.” Senhora Presidente e Senhores Vereadores o assunto que está em causa é a contrapartida que é devida a Rio Maior pelos promotores daquele processo que desde o início foi sempre rodeado de uma tramitação dúbia e com total consentimento do executivo camarário, dos serviços jurídicos, dos técnicos envolvidos no setor de obras e atualmente, ao contrário do que aconteceu no executivo anterior, até os vereadores sem cargos executivos se manifestam com soluções que apenas permitem que o processo se arraste. Senhora Presidente, Rio Maior tem que saber qual é a posição dos seus vereadores, quem é que estão a proteger, qual o valor em causa, se o procedimento deste processo serve para todos ou só para alguns, se a

licença está condicionada à realização de novas acessibilidades, existiu acordo para a cedência dos terrenos, pergunto: o que impediu a Câmara de exigir ao promotor a realização do referido acesso? Senhora Presidente, Senhores Vereadores, é impressionante a rede a forma de enlace que existe nestas questões, que todos comentam atrás das portas mas que existe sempre dificuldades em curti-las e desmascará-las. À comunicação social, local e regional, que os vossos leitores merecem que sejam informados pois está aqui em causa o cumprimento de uma obrigação pública onde o executivo camarário mais tem contribuído para que se mantenha um impasse em vez de exigir a realização do compromisso assumido pelos promotores perante a Câmara Municipal. Senhora Presidente e Senhores Vereadores, algumas reuniões têm sido anunciadas publicamente, se têm existido então continuasse a mascarar o processo porque eu que sou um dos envolvidos nunca mais obtive da parte da Câmara qualquer informação e quero lembrar que este contencioso aconteceu precisamente pela prepotência política demonstrada pelo executivo camarário que comprometeu o interesse privado e o interesse público a favor de um grupo financeiro. Senhora Presidente e Senhores Vereadores, muitas questões existem para se referir neste processo, umas diretas outras indiretas, todas elas bastante pertinentes. Proponho-me ao desafio de as referir contribuindo assim para que exista maior transparência na relação de interesses políticos, financeiros e públicos que nos afligem a todos. Senhora Presidente por agora é o que me apraz dizer. Muito obrigado.” -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – VALE DE ÓBIDOS – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- “A questão que me traz é a de sempre prende-se com uma obra que está o Município a levar à prática, digamos assim, para a sua conclusão, concretamente é na municipal 508 em Vale de Óbidos. Neste caso em concreto quero referir que sinto que neste momento, finalmente, teremos aquela solução resolvida, seja a questão do saneamento básico em concreto e está a decorrer na municipal 508 a regularização, penso que é assim o nome correto, a regularização do pavimento. E esta regularização, a minha pergunta vai neste sentido, a estabilização estará a ser feita no local onde foi feito o corte para introdução dos tubos e está a ser feito o rebaixamento, e tenho aqui uma preocupação e como está um técnico na sala a minha preocupação é precisamente esta: uma vez, não é em toda a plenitude do percurso, mas uma vez que se está a regularizar, e eu penso que vai ficar à mesma cota, por isso houve o escavamento do alcatrão, vai ficar à mesma cota, a minha grande preocupação tem a ver com aquela zona baixa ou seja a zona da linha de água e a zona da linha de água

foi sempre uma zona onde os espelhos de água permaneceram. Houve aí alguns problemas em tempos por duas razões, porque havia irregularidade no piso. é uma verdade. mas a outra questão é porque no sentido Vale de Óbidos/Rio Maior, do lado direito, o talude esteve sempre muito elevado permitia que, pela falta de valeta, a água não fosse para a linha de água, ou seja, para a ribeira e também porque do lado contrário, do lado esquerdo, onde há um parque de materiais de construção civil, há também o manilhamento total até ao rio e na rua, que é a rua da associação, aquela que sobe para a localidade de Vale de Óbidos, desse mesmo lado, há muito tempo que aquilo está tudo entupido. A questão em concreto é esta: é que a Câmara Municipal e os seus serviços técnicos responsáveis tomem conta a realização da obra e que possam portanto fazê-la de uma forma correta, ou seja, aquele problema fique de uma vez por todas sanado, porque só assim fará sentido o investimento que o Município está a fazer melhorando as condições dos automobilistas e da área em concreto. Era esta preocupação que eu queria deixar na certeza de que os serviços técnicos do Município e o Senhor Vereador responsável pela obra com certeza irão tomar isso em linha de conta. Muito obrigado.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “ Eu era para nem fazer nenhuma intervenção em relação ao que o Senhor Nuno Lucas disse, ou se já, primeiro ía ler a ata, ía aguardar pela ata e depois respondia então mas não ficaria bem até ter a ata. O Nuno pode vir a todas as reuniões de Câmara, as públicas e as não públicas, sabendo que nas públicas pode fazer as intervenções que quiser, nunca lhe cortei a palavra, há tempos de acordo com o regimento, nunca lhe tirei a palavra, pode vir em todas, já percebi da disponibilidade que tem, infelizmente, para poder vir a todas as reuniões de Câmara, mas há aqui uma questão que é o seguinte: a mim, Isaura Maria, chamarem-me de prepotente? Porque quando fala em prepotência política, todos estes senhores certamente se sentiram, estes e os que tiveram aqui no mandato anterior, mas eu assumo, porque assumo a liderança deste e do anterior executivo, prepotência política? Prepotente eu? À frente. Eu desafio o Nuno Lucas, porque ele diz que foi chamado para uma reunião para o Vice-Presidente o informar de um mail que recebeu da Fozmassimo de que não haveria acordo. Eu já não sei o que lhe hei-de dizer, mas assim de repente e a quente o que me apetece dizer é: eu peço-lhe que faça prova do acordo que existe entre o Nuno Lucas e a Fozmassimo, eu peço-lhe que faça prova desse acordo se efetivamente ele existe ou alguma vez existiu. Mais, quem é que eu estou aqui a proteger? O interesse público. Quem criou as dificuldades para esta obra ainda não estar realizada? Nuno Lucas. Caro Vice-Presidente e Vereadores eu acho que ou num

terreno alternativo, eu não estou aqui para defender interesses nem de grupos nem de empresas nem de particulares, de uma vez por todas ajudem-me, peço o vosso apoio, ou que passe por uma via alternativa ou que se avance para a expropriação, por amor de Deus ajudem-me neste processo.” -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- “Eu gostaria que a Senhora Presidente me permitisse dizer o seguinte: faz sete meses ou fez sete meses que eu tomei posse nesta casa no passado dia dezanove, após a primeira intervenção do munícipe Nuno Lucas eu tive a preocupação e ele aceitou de ns encontrarmos no gabinete e tivemos uma conversa longa e bastante aturada para eu perceber, porque eu não tinha conhecimento dos pormenores. Colocadas as questões ao Vereador Augusto Figueiredo eu próprio procurei, de uma forma informal numa primeira fase junto do responsável pelo processo, neste caso o Vereador Carlos Frazão e em simultâneo várias abordagens sobre a questão com o Dr. Carlos Nazaré. Volvido algum tempo o Senhor Vereador Carlos Frazão convocou-nos para uma reunião, a mim e ao Dr. Carlos Nazaré, no sentido de encontrar soluções que definam apenas uma coisa, que é o que me faz estar aqui, o interesse público, isto é, os elementos que me estão disponibilizados e outros que virão a seguir obrigam-me a refletir aqui sobre o que tem sido e o que foi algum interesse ou interesses nisto. Mas um deles tem a ver com o interesse do munícipe e o negócio, e isto é a pergunta que eu faço ao Nuno Lucas para explicar a todos o que se passou, foi ou não foi verdade que teve em mãos uma proposta de duzentos e quarenta mil euros para fechar o negócio e que passado doze horas enviou um mail a dizer que não estava de acordo? Eu preciso avidamente disto para tirar conclusões.” -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- “Eu não vou falar mais sobre este processo enquanto efetivamente não tiver a ata aprovada, porque a ata, para mim, vai ser extremamente importante, ponto número um, Ponto número dois, na sequência da aprovação da ata tomarei a decisão que tiver que tomar e não será de estranhar se efetivamente eu aqui apresentar uma proposta porque, do conhecimento que tenho do processo, dos compromissos que existem da unidade ali instalada dar como contrapartida a feitura da rua, da solução que a Câmara pretendeu implantar no sentido de não ir para expropriação e que as partes se entendessem, da prova provada que efetivamente não existiu acordo, pelos menos as partes não se entenderam, o negócio não se fez, que efetivamente a Câmara está lesada porque não tem aquela artéria como era suposto ter, portanto não é de estranhar e vou ler com muita atenção o que vier na ata porque isso também vai ajudar à minha decisão. Se efetivamente a maioria nada fizer, eu farei, nos termos do

regimento, uma proposta no sentido que seja retomado o processo e que se efetivamente já foi provado tanto tempo que não houve negociação, que se avance para a expropriação repondo a rua que efetivamente é necessária e que efetivamente quem tiver problemas que os dirima nos tribunais, agora o erário público é que não pode ficar prejudicado.” -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Eu faço minhas as palavras do meu colega Vereador Carlos Nazaré porque vou fazer sessenta anos e não admito que quem quer que seja, independentemente de ser o Senhor Nuno Lucas, que ponha em causa a honestidade, a integridade e o discernimento, por isso é que fomos eleitos, de todo o executivo, quer deste quer do anterior, por todas aquelas coisas que diz, diz mas não prova e efetivamente quando eu o chamei aqui, é verdade, com o Dr. Carlos Tomé, mostrei e depois enviei cópias dos mails recebidos na Câmara Municipal de Rio Maior de duas entidades a dizer que as negociações tinham acabado. Factos são factos, invenções são invenções. E, concordo perfeitamente com o Vereador Carlos Nazaré, depois de ler aquilo que disse obviamente como cidadão, como riomaiorense estou farto de ser enxovalhado por si em várias sessões de Câmara, portanto tenho o direito de acordo com a lei de seguir os procedimentos que entenda porque mais uma vez a sua conduta põe em causa o bom nome e a honestidade de todos os eleitos, quer deste executivo quer do anterior. Mesmo assim continuo perfeitamente disponível para acompanhar o processo como um dos elementos do executivo e contrariamente aquilo que eu disse aqui uma vez ou duas publicamente que não queria ver o meu nome mais envolvido nesta confusão, porque sou solidário para com a Senhora Presidente e com os meus colegas, estou aqui de peito aberto às balas, não às mentiras e peço-lhe, Senhor Nuno Lucas, que sendo riomaiorense como eu sou, independentemente de termos nascido aqui ou não todos somos riomaiorenses, que a verdade deve fazer parte da vida pública e da vida particular das pessoas. Invenções, mentiras, não! -----

----- Relativamente ao Senhor João Verde da Costa agradeço as palavras que disse, compreendo que tem sido uma obra muito complicada porque a empresa, como sabe, que arrancou com aquela fase do saneamento abriu falência, nós tivemos que recorrer já a vários subempreiteiros e vamos fazer o que é possível, penso que a Golden Fibra neste momento está na fase final de certificação para pôr a estação elevatória a trabalhar para que o problema do saneamento fique resolvido, ponto um. Ponto dois, aquilo que estamos a fazer é uma recarga no pavimento não quer dizer que não volte a abater porque a profundidade foi grande, mas vamos ser otimistas, mas penso que Vale de Óbidos efetivamente merecia, merece e este longo caminho penso que está a

chegar à fase final.” -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____